

# A POLÍTICA LOCAL NO BRASIL A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO DOS ANOS 1980: O CASO DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DA BAHIA

Resultado Parcial de Pesquisa em Curso

GT 13 – Reforma do Estado, Governabilidade e Democracia

ANTONIO SANTANA CARREGOSA

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar a reconfiguração da política local no Brasil a partir do processo de redemocratização dos anos 1980. Nele é defendida a tese de que o processo de redemocratização constituiu-se numa *estrutura de oportunidades* que possibilitou uma diversificação dos atores políticos e das gramáticas políticas, mesmo nos pequenos municípios do interior do Nordeste brasileiro. O trabalho aborda um estudo de caso desenvolvido no âmbito de uma pesquisa de doutorado cujo campo empírico é um pequeno município do interior do Nordeste (Paripiranga, Bahia, Brasil). Os dados utilizados para a elaboração deste trabalho foram levantados a partir de pesquisa documental e estatística, entrevistas e observação participante.

**PALAVRAS-CHAVES:** redemocratização; política local; estrutura de oportunidades.

## 1. Introdução: pressupostos teóricos e organização do artigo

A política local no Brasil estruturou-se a partir das várias formas de “mandonismo<sup>1</sup>” que predominou por muito tempo, sobretudo, nas regiões rurais do país. Decadente desde o fim do período colonial, os mandões locais (coronéis) ganham alento com a ascensão do sistema republicano que lhes outorga o controle dos municípios em troca de votos para as oligarquias regionais que assumem o controle do Estado brasileiro (Leal, 2012). Com efeito, estabelecem-se relações de “mando” e “obediência” – mediadas por mecanismos de “reciprocidade” e submetida à estrutura da parentela<sup>2</sup> – que configuram uma espécie de “racionalidade<sup>3</sup>” ajustada à realidade brasileira (Queiroz, 1975). Os estudos mais recentes sobre política local nas regiões rurais do país apontam para a vigência desta “racionalidade” política nas pequenas cidades interioranas mesmo depois do processo de redemocratização dos anos 1980. Ao analisar o impacto do novo contexto político-institucional sobre o cotidiano da política – incluindo na análise fatores sociais e culturais – estudos de caso desenvolvido por antropólogos tem identificado uma sedimentação das relações de reciprocidade na cultura política do interior. Além disso, estes estudos constataam a existência de uma concepção específica da política nestes contextos. Como relatam Palmeira e Heredia (2010, p.8): “Ao contrário de uma sociedade divididas em partes (instituições, instancias, esferas) ou dimensões, deparamo-nos com uma sociedade que comporta “tempos” (de plantar, de colher, de festas, da Quaresma, da política)”. Segundo Palmeira (2006), a noção de que existe um tempo para a política – que corresponde ao período das eleições iniciados com os comícios – implica que em períodos não eleitorais só a atuação da “situação”, isto é, do governo, seja considerada “legítima”. Do mesmo modo, o militandismo de partidos esquerdistas e de movimentos sociais e mesmo sindicais é visto com desconfiança pela população.

Todavia, desde a entrada em vigor da Constituição de 1988 mudanças significativas ocorreram

na política das pequenas cidades do interior, sobretudo, onde foram implantadas experiências de “participação popular<sup>4</sup>”. No caso baiano, por exemplo, alguns autores têm mostrado como a expansão da participação popular no estado, inclusive em pequenas cidades do interior, expressou e também ajudou a aprofundar a crise do *carlismo*<sup>5</sup>. A introdução de políticas participativas teria produzido uma pressão sobre as formas tradicionais de negociação pública e acelerado uma “transição” de paradigmas, criando possibilidades de fissuras no mandonismo local (Milani, 2007 e Mota, 2007). É neste sentido que Heredia, Bezerra e Palmeira (2012, p.13) afirmam que a participação popular potencializa a

“redefinição das relações de poder nos municípios, o aparecimento de novas fontes de autoridade política, o surgimento de novos grupos ou de novas pessoas com aspirações políticas e a complexificação das relações de dominação”.

Portanto, o surgimento de instituições participativas tem gerado mudança na forma como se faz política nos municípios porque estas instituições introduzem novas formas de mediação política. Palmeira (2012) observa que a participação popular introduziu uma maior “racionalização” no processo político à medida que se constitui num mecanismo impessoal de mediação. Retomando Queiroz (1975), pode-se dizer então que se trata da introdução de outra “racionalidade” diferente (e concorrente) da que se expressa nas relações de reciprocidade.

Portanto, o *participacionismo*, isto é, o conjunto das diversas formas de participação presentes no cotidiano político contemporâneo<sup>6</sup>, potencializa a projeção política de atores antes alijados dos espaços de poder. Conforme mostrado por este autor em outra ocasião, a participação em conferências, reuniões de conselhos, de ONGs, associações etc., constitui uma espécie de treinamento para a ação política nos diversos espaços institucionais (Carregosa, 2009). Dito de outro modo, a aquisição de certas disposições (capacidade de se expressar em público e de fazer articulações, por exemplo) a partir de experiências participativas constitui-se num caminho alternativo para a projeção no espaço político propriamente dito. Neste sentido, o participacionismo cumpriria um papel, particularmente em regiões interioranas, equivalente ao que o ingresso em instituições de ensino superior promove em centros urbanos, isto é, o de ser propulsor do militantismo<sup>7</sup>. Pode-se falar, então, no participacionismo como uma “estrutura de oportunidades<sup>8</sup>” para determinados atores sociais e, portanto, como um elemento que alarga o tempo e o espaço da política, por assim dizer.

Com efeito, quanto à composição das elites políticas locais, tem-se um quadro em transição. A rigor, as oligarquias estão desalojadas do poder central desde a redemocratização, mas com a ascensão do lulopetismo<sup>9</sup> as possibilidades para afirmarem-se como sócios minoritários do planalto foram anuladas para alguns setores mais radicalizados à direita. A esse respeito, o caso baiano é mais uma vez paradigmático tendo em vista a inflexão iniciada em 2006 que, conforme mostrou Dantas Neto (2007), teve na questão nacional um fator central<sup>10</sup>. Embora uma vez no governo estas novas elites políticas tenham se conduzido por um misto de mudança e continuidade, um deslocamento na relação de forças mostra-se de forma clara na política baiana. O resultado das últimas eleições municipais (2012) revelou um quadro de fragmentação<sup>11</sup> política que em parte reflete as estratégias dos partidos e em parte às migrações partidárias das elites locais que, no dizer de Dantas Neto (2007, s.n.), “oscilam entre interesses estratégicos dos partidos governantes que ainda não conquistaram prefeituras suficientes e os das elites tradicionais, empenhadas em aderir<sup>12</sup>”. Houve uma mudança na gramática política na medida em que o governo estadual criou programas sociais associados aos programas federais e assim introduziu formas de participação seja na elaboração seja na própria execução destes programas<sup>13</sup>. Conforme se verá a seguir, no plano de cada município este novo cenário promoveu mudanças significativas seja na composição das elites locais seja no *modus operandi* da política, por assim dizer.

A seguir serão apresentados os resultados parciais de um estudo de caso que está sendo desenvolvido junto ao município de Paripiranga (Bahia, Brasil) com base em observação participante,

entrevistas e pesquisa documental e estatística. No primeiro momento será feita uma apresentação panorâmica do município no sentido de explorar suas características estruturais e políticas. Em seguida explora-se o período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990. Na sequência, analisa-se o processo político local nos anos 2000. Por fim, a título de conclusão, tenta-se retomar algumas questões teóricas à luz dos elementos empíricos levantados.

## 2. Visão geral sobre o campo empírico: estrutura social e configuração política de Paripiranga

Paripiranga é um município do sertão baiano (na divisa com o estado de Sergipe) distante 360km de Salvador (capital do estado da Bahia). Possui uma população de cerca de 28 mil habitantes<sup>14</sup> sendo que 2/3 reside na zona rural<sup>15</sup> onde se ocupa da agricultura de pequena escala. A indústria, presente no início do século XX quando se associou à cultura do algodão, hoje é insignificante<sup>16</sup>. Mas o município conta também com atividades econômicas urbanas relacionadas ao comércio varejista e aos serviços<sup>17</sup>. É neste último setor que Paripiranga está vivendo sua transformação mais profunda. Em 2001 foi inaugurada uma faculdade particular que atualmente conta com mais 05 mil alunos matriculados em mais de 10 cursos de graduação. A faculdade modificou a paisagem da cidade com suas instalações modernas – que ocupa uma área de cerca de 23.000m<sup>2</sup> e anfiteatro amplo, shopping e eco-parque – e tem promovido um intercâmbio de pessoas, cultura e recursos capazes de mudar a rotina do município. Basta pensar nos professores vindos majoritariamente do sul/sudeste do Brasil que acabam fixando residência na cidade. Além de impactar a economia local, sobretudo o mercado imobiliário e a rede de serviços de hotelaria, restaurante etc., este “elemento externo” tende a impactar de alguma forma a vida cultural do município. Todavia, Paripiranga apresentou na última década uma evolução pequena no grau de urbanização<sup>18</sup> e de alfabetização<sup>19</sup>, bem como a continuidade da concentração de empregos na agricultura<sup>20</sup> (onde não se tem formalização e, portanto, proteção social), o que mostra a manutenção de duas das principais características sociais do município.

Desde sua emancipação no final do século XIX (1886), o município contou com duas facções políticas formadas com o apoio dos rivais do clã “Dantas”<sup>21</sup> que se revezaram no poder até o fim da República Velha. A Era Vargas possibilitou uma trégua na luta entre as facções visto que a suspensão das eleições e o foco no combate ao “cangaço” esfriaram antigas rixas políticas (apaziguaram-se, também, os dissensos entre padres e coronéis, comuns desde a emancipação). A redemocratização de 1945 promoveu mudanças significativas no comportamento dos eleitores e da elite política, mas inicialmente manteve-se a composição bipolar das antigas facções oligárquicas agora lideradas por Jonathas Lima Menezes e Ismael Quirino Trindade, respectivamente chefes do PSD (Partido Social Democrático) e da UDN (União Democrática Nacional). O Jonathas Lima foi o primeiro prefeito do período – inicialmente como interino em substituição de Ismael (que fora nomeado em 1933 e permanecera até 1945) e depois como prefeito eleito (1947-1950). O velho “coronel” foi veículo de uma modernização substantiva, mas a partir de 1950 perdeu progressivamente força política. De 1950 a 1958 foi a UDN quem comandou o município, período no qual a oligarquia se renovou com os filhos bacharéis (um advogado e um dentista) de Ismael comandando o município. Em 1958 começa uma transição nas oligarquias, principalmente no PSD que passou a ser liderado João Vitorino de Menezes<sup>22</sup>, prefeito em três mandatos (1959-1962, 1967-1970 e 1972-1976). Já no período militar coube aos antigos líderes Jonathas Lima e Ismael Trindade um papel simbólico na direção da Arena<sup>23</sup> (onde se revezaram até 1979) enquanto que o poder real coube inicialmente a João Vitorino (até 1976) e depois a Clarival Dantas Trindade<sup>24</sup> (a partir de 1976).

A partir do final dos anos 1970 a disputa política local centrou-se na primazia pelo *carlismo* – já em sua fase *baiano-nacional*, no dizer de Dantas Neto (2007) – e, conseqüentemente, pelo controle da sigla que o líder baiano se filiara, isto é, o PDS (Partido Democrático Social). No comando da prefeitura, Clarival levou a maior. Todavia, em 1982, na primeira eleição depois de iniciada a abertura,

Clarival acabou derrotado internamente, pois seus aliados articularam a candidatura do secretário de administração (José Menezes de Carvalho) que não era o preferido do prefeito. João Vitorino, também filiado ao PDS, não tinha mais o prestígio local e regional que tivera no passado e cedeu a cabeça de sua chapa no pleito para o outsider Renato do Rosário Cruz (um comerciante emergente) sendo, no entanto, o candidato a vice-prefeito. José Menezes de Carvalho venceu com larga vantagem e garantiu a continuidade da liderança de Clarival Trindade. Contudo, o afastamento de Clarival do comando do executivo (em 1983) e o crescimento estadual do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) a partir de 1982 abriram um novo período na política local. À frente da prefeitura, José Menezes empenha-se por fortalecer seu próprio nome como liderança municipal e distancia-se progressivamente de Clarival. Na oposição João Vitorino e Renato Cruz se reestruturam no PMDB.

Neste período a influencia de políticos estaduais e nacionais ampliou-se de modo que a sorte das facções estava relacionada ao apoio que tinham de seus padrinhos. De início Juraci Magalhães (interventor baiano nos anos 1930 e governador entre 1959 e 1962) com Ismael Trindade e Oliveira Brito (deputado federal pelo PSD por quatro legislaturas e Ministro da Educação e de Minas e Energia entre 1962 e 1964) com Jonathas Lima (depois com João Vitorino); em seguida ACM com João Vitorino, Roberto Santos (governador da Bahia entre 1975 e 1978) com Clarival Trindade e, finalmente, ACM com Clarival Trindade. Observa-se aí que as mudanças no tabuleiro estadual com o fortalecimento de umas lideranças e o enfraquecimento de outras estabelece *oportunidades e/ou restrições* aos políticos locais. Isso foi evidente no período em que Oliveira Brito teve proeminência no cenário nacional (nos anos 1950 e início dos anos 1960) e possibilitou uma hegemonia do PSD em Paripiranga. Foi ainda mais evidente na vitória de Clarival Trindade em 1976 que contou com o empenho do governador Roberto Santos, bem como no início dos anos 1980, quando ACM garantiu a construção de hegemonia por parte de Clarival. Como será mostrado a seguir, esta dinâmica das oportunidades e restrições foi ainda mais importante a partir da redemocratização.

### **3. Estrutura de oportunidades e reconfiguração política nos anos 1980 e 1990: o processo de redemocratização e a política local**

A eleição de 1986 – a primeira depois da saída do governo militar que se deu em 1985 com a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral – foi um fato político importante na Bahia, a despeito do hiato que representou a gestão do vitorioso Waldir Pires na hegemonia carlista. Em Paripiranga a força da candidatura de Waldir constituía-se numa estrutura de oportunidades para João Vitorino. Embora nas últimas décadas o líder local tivesse orbitado em torno do carlismo, João Vitorino e Waldir Pires já se conheciam dos tempos de PSD quando na eleição de 1962 em que Waldir disputou o cargo de governador (e perdeu para Lomanto Jr.), o então prefeito João Vitorino lhe deu apoio em Paripiranga. Todavia, João Vitorino já não estava sozinho no comando da oposição, pois compartilhava a liderança com Renato Cruz. Com efeito, o PMDB teve duas alas atuando independentemente, isto é, cada uma com seu comitê e com seus deputados (estaduais e federais). O pleito foi marcado pela ampla participação eleitoral<sup>25</sup> e o resultado da votação não deixou dúvidas sobre a força de Clarival Trindade. Na disputa para governador Josaphat Marinho (PFL<sup>26</sup>) obteve 6.903 votos enquanto Waldir Pires (PMDB) obteve 4.237 votos (votação inferior a do candidato a deputado federal Luiz Eduardo Magalhães que obteve 4438 votos em Paripiranga graças ao apoio conjunto de Clarival Trindade e do prefeito José Menezes). O resultado da votação para cargos proporcionais confirmou a liderança de Clarival Trindade dentro da própria facção uma vez que seu candidato a deputado estadual obteve mais votos que o do prefeito José Menezes<sup>27</sup>. Derrotado pelo rival Clarival Trindade, João Vitorino teve como consolo a vantagem no PMDB<sup>28</sup>.

Mesmo derrotado localmente, com a vitória de Waldir na Bahia João Vitorino teve chance de construir uma forte e “autêntica” oposição em torno do PMDB. Tratava-se de uma estrutura de

oportunidades abrindo caminho para reequilibrar as forças políticas e permitir a circulação das elites no poder. Mas o projeto não alcançou grande êxito em virtude da disputa pelo comando do partido entre as duas lideranças ele e Renato Cruz. João Vitorino foi o primeiro presidente ocupando o cargo interinamente até que ocorressem eleições internas. Feita uma eleição, Renato Cruz saiu vitorioso, mas o grupo de João Vitorino não reconheceu a derrota. A divergência no comando acabou anulando a convenção para a eleição de 1988 realizada sob o comando de João Vitorino em que seu genro Manoel Messias Santos foi escolhido para candidato a prefeito. A anulação da convenção foi solicitada pela liderança do PDT (Partido Democrático Trabalhista), que também apresentou candidaturas no pleito, e contou com o apoio do PFL de Clarival que tinha forte influência na justiça eleitoral a partir de seu primo Ruy Dias Trindade, presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) entre 1984 e 1988.

Campo aberto, Clarival pode retornar ao comando da prefeitura. Porém o processo não foi simples. Foi preciso negociar com o grupo liderado pelo prefeito José Menezes (já filiado ao PTB, Partido Trabalhista Brasileiro) e ceder-lhe a indicação do vice. Selado o acordo e enfrentando uma oposição sem candidato, Clarival venceu com facilidade, pois o único opositor, José Hugo Ferreira Pinto (PDT), era figurante e seus 1.167 votos serviram apenas para validar o resultado do pleito. Em sua segunda administração Clarival, já doente, não conseguiu repetir os mesmos feitos da primeira. Uma de suas maiores derrotas está relacionada à emancipação do distrito de Adustina em 1989 que acarretou na perda de 60% das terras e 1/3 da população de Paripiranga. Na Câmara seus aliados organizam uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) contra o ex-prefeito José Menezes na tentativa de diminuir a força política do dissidente e redigiram a Lei Orgânica do Município (1990), esta com participação da sociedade civil, uma novidade no período.

Os anos 1990 se iniciam com uma eleição que recolocou a hegemonia carlista no cenário estadual. Em Paripiranga a eleição marcou um cruzamento de caminhos em direções inversas. ACM (candidato a governador pelo PFL), que nos anos 1970 tinha predileção por João Vitorino, agora agraciava Clarival. Roberto Santos (candidato a governador pelo PMDB), que ajudara Clarival a conquistar a prefeitura em 1976, agora contava com João Vitorino em Paripiranga. Nas urnas o primeiro teve vantagem (4.439 votos para ACM e 3.066 votos para Roberto Santos) e Clarival mais uma vez reafirmou sua liderança política. Doravante, a partir de 1990 o carlismo torna-se a única força política expressiva da Bahia, inclusive com forte projeção nacional<sup>29</sup>, e seus representantes locais estendem o ciclo de poder e estreita o quadro político ao esmagarem a facção liderada por João Vitorino. Sem muitas alternativas, o velho político acaba por aderir à candidatura de José Menezes em 1992 passando a liderança de seu grupo para o ex-afilhado político de Clarival. Em agosto do mesmo ano João Vitorino faleceu antes de ver seu novo aliado (cuja chapa tinha seu genro como candidato a vice-prefeito) ser derrotado pelo candidato do PFL, apoiado por Clarival (mesmo que escolhido contra sua vontade). Na gestão o PFL do prefeito José Vieira Sobrinho não teve êxito. A incompetência administrativa da equipe do prefeito e a transição econômica nacional em torno do Plano Real provocaram uma crise sem precedentes no município com atraso de folha de pagamentos, fechamento de hospital e escolas, etc. Não bastasse isso, Clarival já não liderava seu grupo político desde a escolha do candidato devido a problemas de saúde e em 1994 faleceu deixando um vácuo no PFL que passara a ser objeto de disputa entre aliados do prefeito e aliados do vice-prefeito Renivaldo Pimentel Lima.

Diante deste cenário de crise administrativa e perda das velhas lideranças (João Vitorino e Clarival Trindade), em 1996 José Menezes volta à prefeitura como a esperança política do povo do município. Vencendo com facilidade numa eleição marcada pela grande participação popular, José Menezes procurou fazer um governo de modernização administrativa alinhado do ponto de vista político ao carlismo. Entre as ações de destaque da administração pode-se citar a reestruturação financeira do município, a recuperação do patrimônio público e o investimento em desenvolvimento rural, sobretudo, através do Fumac<sup>30</sup>. Todavia, tal modernização baseava-se, sobretudo, na forma como se davam as relações do prefeito com a população que passou a ser mais formal e circunscrita a

determinados horários e locais. A população não aceitou o modelo de gestão implantado pelo prefeito e em 2000 o PFL teve nova chance de voltar ao controle da prefeitura. O pleito terminou com a derrota do prefeito para o jovem e inexperiente candidato pefelista em cuja chapa figura como vice a viúva de Clarival Trindade indicada pelo próprio ACM.

As eleições de 2000 e de 2004 marcaram o fim de um ciclo. Os empates entre candidatos herdeiros das duas facções que se sucederam no poder desde os anos 1940 foram os últimos no quadro da hegemonia carlista. Em ambos os embates o PFL saiu vitorioso e liquidou de vez o patrimônio político deixado por João Vitorino. Na condução da prefeitura o novo prefeito, Carlos Alberto Andrade de Oliveira, o “Carlinhos”, tratou de empreender um estilo carismático e próximo do povo num contraponto direto ao antecessor. Do ponto de vista da gestão foi medíocre não realizando obras significativas e piorando a qualidade dos serviços públicos. Porém, além da alta popularidade contava com o apoio irrestrito do carlismo no plano estadual o que lhe garantiu proteção no Tribunal de Contas dos Municípios e na própria justiça<sup>31</sup>. Mas o carlismo já estava moribundo e não tardou a naufragar.

Ademais, uma das mudanças mais significativas do período foi o surgimento de novas formas de mediação política. Basta citar aqui que Clarival Trindade foi dirigente local do Funrural (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural) enquanto que João Vitorino e Renato Cruz organizaram entidades beneficentes e de assistência social. Já nos anos 1990, sobretudo, a partir da criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996, ocorreu um *boom* no associativismo civil. Neste período dezenas de associações foram fundadas com a orientação de acessar o crédito agrícola e de receber um “trator” através do Fumac. O fato é que as associações passaram a dividir com o sindicato rural (presente no município desde 1971) a mediação de benefícios para os pequenos agricultores de Paripiranga.

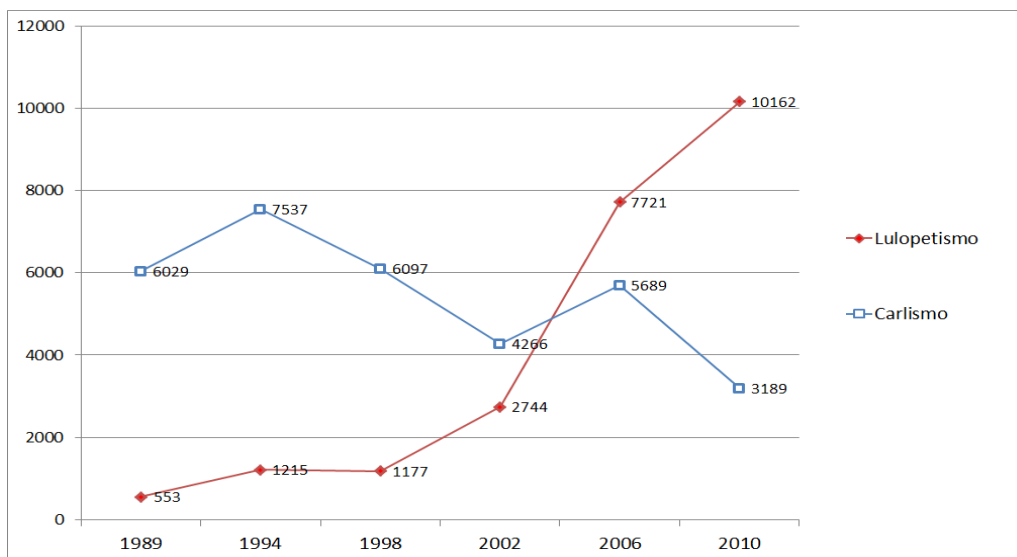
#### **4. Estrutura de oportunidades e reconfiguração política nos anos 2000: o lulopetismo e seus efeitos na política local**

As conquistas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do governo federal em 2002 e do governo do estado da Bahia em 2006 tiveram grande impacto na política de Paripiranga. Acelerou-se um processo de renovação de elites e fragmentação política que já vinha se arrastando desde a década de 1990 quando Clarival Trindade e João Vitorino faleceram. A formação de novas lideranças locais a partir das associações comunitárias e dos sindicatos estabeleceu novas bases para a dominação. Doravante, a principal novidade política deste período em Paripiranga foi o surgimento do PT. A primeira tentativa de organizar o PT em Paripiranga ocorreu na virada da década de 1980 para a década de 1990, no afã da primeira campanha presidencial de Lula, mas já em 1992 o Diretório Municipal foi desativado. Em 1997 voltou a se organizar através de Maria de Fátima Nunes dos Anjos (Fátima Nunes), que já tinha exercido um mandato de deputada estadual pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), ingressa no PT e retoma sua organização em Paripiranga, que é sua cidade natal e um de seus redutos eleitorais. As vitórias do PT nos planos nacional (2002) e estadual (2006) constituíram oportunidades para novos personagens entrarem em cena. Já na campanha de 2002 e, sobretudo, a partir de 2003 quando militantes petistas se engajaram nos programas sociais do governo federal como de eletrificação rural e de construção de cisternas, o PT cresceu vertiginosamente constituindo-se numa cunha no sistema das facções e um relativo contraponto à política tradicional.

As últimas duas eleições contaram com quatro candidaturas a prefeito e verificaram uma mudança significativa no perfil dos candidatos<sup>32</sup>. No entanto, os dois pleitos foram vencidos pelo candidato do antigo PFL (DEM), que agora migrou para o PSD (Partido Social Democrático) numa manobra de adesão ao governo estadual (o PSD é encabeçado na Bahia pelo vice-governador Otto Alencar). George é um típico outsider tendo em vista que nunca havia disputado qualquer cargo público nem pertence a família com tradição política. Nas duas eleições, George polarizou com José

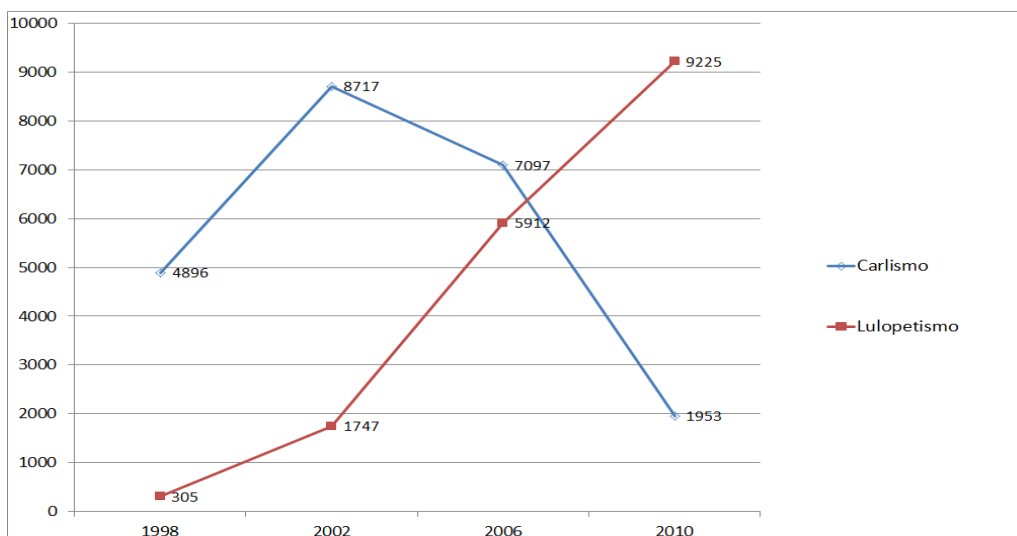
Carlos Bezerra Carvalho, um prestigiado médico da cidade que também não tem precedentes políticos, portanto, outro outsider. O PT aumentou progressivamente sua influencia eleitoral chegando a eleger seu primeiro vereador<sup>33</sup> em 2012, ano no qual passou também a liderar a oposição e polarizar com a situação. Além da expressão social de seu candidato em 2012 (o médico José Carlos), o partido se valeu da popularidade do governo federal no município, capitaneada pelos programas sociais<sup>34</sup>. Os gráficos 1 e 2 mostram a trajetória de crescimento dos candidatos petistas (a presidente e a governador, respectivamente) em relação aos candidatos apresentado pelo Carlismo.

**Gráfico 1 – Votos para presidente 1989-2010**



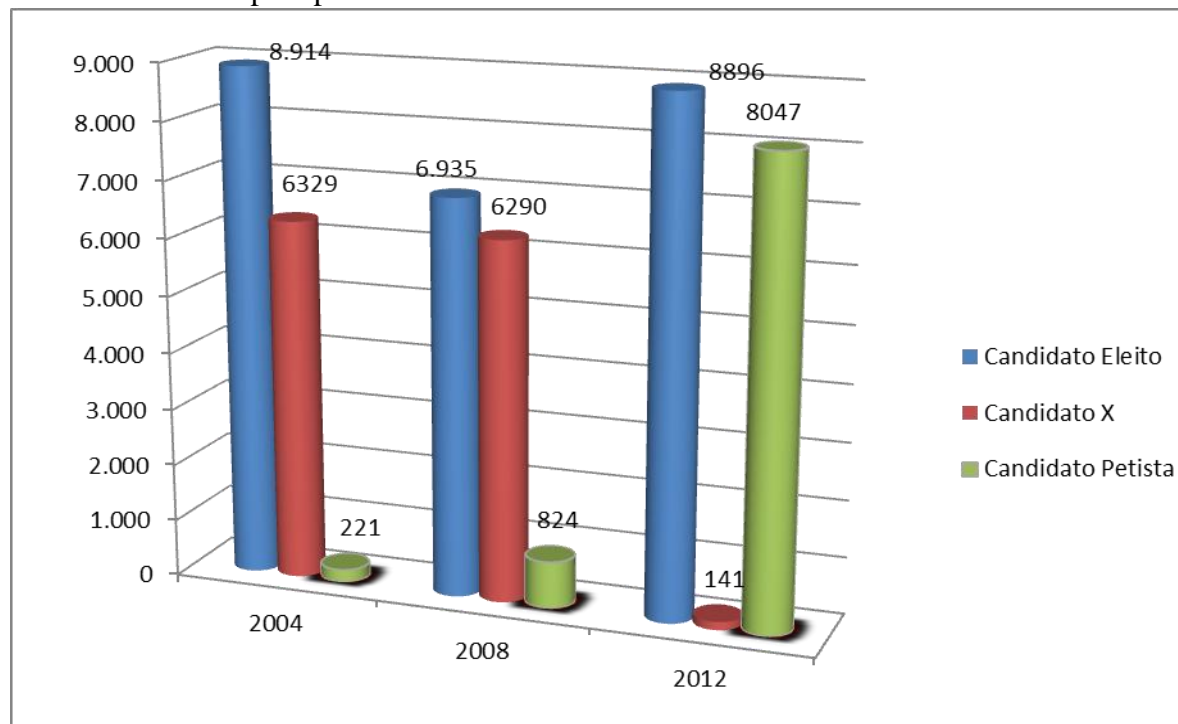
Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 2 – Votos para governador 1998-2010**



Fonte: Elaboração própria

Já o gráfico 3 apresenta a evolução do PT na disputa pela liderança política no município.

**Gráfico 3 – Votos para prefeito 2004-2012**

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que a curva que expressa a votação do lulopetismo nas eleições para presidente e governador é ascendente enquanto a do carlismo é descendente. Na disputa pela prefeitura local a evolução da votação do PT foi ainda maior e, embora não tenha vencido a última eleição, o partido assumiu a liderança da oposição constituindo-se no principal rival da elite dominante (além de ter eleito 1 vereador entre os 5 vereadores eleitos pelo conjunto da oposição). Observa-se também que no caso da eleição municipal a votação do candidato vencedor se manteve estável e até cresceu na última eleição, mas isso não significa uma manutenção do prestígio carlista no âmbito local, pois houve um rompimento entre o então prefeito George Nascimento e seu antecessor e padrinho político Carlinhos (carlista linha dura). Já em 2010 o prefeito George se aproxima do governador petista dando-lhe apoio em sua reeleição e em 2011 migra do DEM para o PSD do vice-governador Otto Alencar.

Portanto, a hegemonia petista no plano nacional e estadual constituiu-se numa *estrutura de oportunidades* para a afirmação de novas lideranças – além dos militantes petistas, entre os quais o primeiro vereador do partido (José Wilson de Santana), o próprio candidato a prefeito do PT em 2012 (José Carlos Bezerra Carvalho) e o candidato do PSD no mesmo pleito (o prefeito em campanha pela reeleição George Nascimento) tiveram no novo cenário a oportunidade de se afirmarem diante das antigas lideranças das facções de oposição e de situação, respectivamente – e assim acelerou a renovação das elites políticas locais e da própria gramática política. Um exemplo a esse respeito é o atual prefeito que ao se aproximar do governo estadual passou a disputar os espaços antes monopolizados pelos militantes petistas como inauguração de obras, condução de programas sociais e



até a realização de conferências nacionais que antes eram negligenciadas e agora são parte do cotidiano da administração local (embora com os vícios<sup>35</sup> comuns às elites tradicionais). Além disso, a atual administração municipal criou a secretaria de agricultura e meio ambiente no sentido de disputar a agenda social do PT para a qual, sintomaticamente, escalou um ex-petista<sup>36</sup>. Com efeito, pode-se falar num “adestramento” das elites políticas locais visto que, como bem observado por Dantas Neto (2010), estas passam a se submeterem a instituições mais sólidas (partidos, regras eleitorais, instrumentos de gestão pública, etc.) que diminuem suas possibilidades de exercerem uma dominação pessoal e absoluta. Novas regras são inseridas no jogo e, muitas vezes, os próprios jogadores são substituídos por outros mais apropriados às novas “regras”, precipitando, assim, uma renovação de lideranças.

Doravante, de 2002 a 2012 processaram-se grandes mudanças estruturais no município relacionadas às políticas e aos programas sociais da união e do estado. A agricultura se desenvolveu com a expansão do crédito e o incremento de tecnologia. O comércio melhorou o que em parte se deve aos programas de transferência de renda que deixam muito dinheiro<sup>37</sup> no município, bem como à expansão do crédito de um modo geral. Além disso, dos mais de 05 mil alunos matriculados atualmente na faculdade (que vem de diversos municípios da região), cerca de 70% são beneficiários de programas do governo federal como o FIES (Financiamento Estudantil) e o Prouni (Programa Universidade Para Todos). Esse desenvolvimento econômico fez surgir novas formas de mandonismo como no caso da própria faculdade cujo proprietário executa mecanismos de controle dos funcionários e de suas famílias, sobretudo, nos processos eleitorais<sup>38</sup>. Todavia, o mandonismo agora tem de lidar com uma realidade em que o processo de “individação”<sup>39</sup> avança e em que formas concorrentes de poder político se fortalecem<sup>40</sup>.

## 5. Conclusão

O efeito da redemocratização sobre a configuração política do município estudado foi substantiva. No que diz respeito às elites políticas observou-se que, num primeiro momento (anos 1980) a introdução do pluripartidarismo possibilitou às novas lideranças uma afirmação política independente, embora sem romperem diretamente com as duas facções estabelecidas (ver quadro 1 no anexo). Com a morte dos dois antigos chefes de facções (início dos anos 1990), a renovação geracional se completou, mas a hegemonia carlista no cenário estadual impôs limites ao ritmo e à abrangência da renovação política em Paripiranga. Nos anos 2000, com o ocaso do carlismo e a ascensão do lulopetismo, as antigas facções entram em decadência e se acelera um processo de fragmentação político-partidária (ver quadro 2 no anexo) e de renovação das lideranças de modo que a partir de 2008 os principais personagens do cenário político local já não tinham laços sólidos com as antigas facções e nem com o carlismo. Além disso, as novas lideranças (as mais importantes) não têm vínculos sociais com as antigas oligarquias sendo na maioria dos casos oriundos de classes emergentes como comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos. Trata-se, portanto, de um processo de liquidação das antigas oligarquias cujo poder emanava das possibilidades de controle da população, o que tem diminuído à medida que o Estado amplia sua rede de proteção social, como tem mostrado diversos estudos<sup>41</sup>.

Já o efeito sobre o *modus operandi* da política foi lento e tardio, mas também efetivo. Mesmo incorporando novos mecanismos de mediação política já na década de 1980 quando os chefes das duas facções envolveram-se com atividades assistenciais, as relações ainda se davam pela lógica da reciprocidade entre chefes políticos e chefes de famílias. Porém, a partir dos anos 1990 e, sobretudo, dos anos 2000 (ou mais especificamente 2003, quando se iniciou o primeiro governo Lula), o associativismo e a participação popular se expandem no município e introduzem outros elementos na política local. Com efeito, o participacionismo, mesmo que de forma inicialmente tímida, acaba por “alargar” o tempo e o espaço da política, por assim dizer, já que a política não pode ser mais restrita aos

períodos eleitores e às atividades dos chefes de facções (ou aos detentores de mandatos eletivos). Dito de outro modo, novas racionalidades ganharam expressão (noção de direito e de cidadania, por exemplo, que estão embutidas nas diversas formas de associativismo civil e de participação popular) e novos atores entraram em cena (ver quadro 3 no anexo).

Observou-se que as diversas etapas do processo de redemocratização constituíram-se em estruturas promotoras de oportunidades e também de restrições políticas. As oportunidades foram progressivamente se ampliando para novas elites emergentes e novos atores sociais enquanto que restrições foram sendo colocadas para os antigos chefes políticos e as lideranças ligadas ao carlismo. Tem-se, com efeito, um quadro político mais diversificado e um processo político mais complexo haja vista o papel das instituições (partidos, espaços de participação, associações civis, sindicatos, leis eleitorais etc.) como elemento a serem considerado pelas elites políticas. Em suma, pode-se dizer que a processo de redemocratização brasileira alcançou mesmo as regiões rurais e interioranas do país e tem “tencionado” a política aí sedimentada desde a República Velha.

---

## Notas

1 José Murilo de Carvalho define o conceito de mandonismo diferenciando-o do de coronelismo e também do de clientelismo. Segundo ele, [o mandonismo] “Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas”. (Carvalho, 1997, s.p.).

2 A parentela constitui-se numa forma de sociabilidade e de solidariedade onde predominam as relações de parentesco as mais diversas que estariam na base da dominação pessoal (Queiroz, 1975). A parentela inclui, além da família nuclear e dos parentes consanguíneos, parentes por afinidade (sogro, cunhado etc.) e até quem não tem qualquer vínculo familiar direto como os afilhados, compadres etc.

3 Para Maria Isaura Pereira de Queiroz a concepção que o eleitor tem do voto como um instrumento de barganha a seu favor está associada a uma racionalidade própria de sociedades simples (pouco diferenciadas) como as regiões rurais. Nas palavras desta autora: “O voto [embora] consciente, [é] orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso o voto é um bem de troca; no segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião” (Queiroz, 1968, P.130).

<sup>4</sup> A participação popular constitui-se num fenômeno relacionado a um contexto mais geral de mudanças políticas que, conforme apontam Dagnino, Olvera e Panfische (2006), marcaram a América Latina nas últimas décadas. No Brasil, dois fatores nutriram estas experiências: a entrada em cena de novos atores que apostaram numa estratégia que combinava reivindicação e negociação de políticas de inclusão social e de garantia de direitos e as vitórias eleitorais de partidos de esquerda, tendo o Partido dos Trabalhadores (PT) na dianteira, obtiveram neste período. Os principais estudos do tema estão apoiados em pesquisas desenvolvidas em cidades grandes e médias, ou em cidades ligadas a regiões metropolitanas, porém, mais recentemente surgiram alguns estudos focados em experiências de pequenas cidades interioranas e de perfil rural.

<sup>5</sup> Carlismo é o termo usado para designar a política liderada por Antonio Carlos Magalhães. Não se trata, portanto, apenas do grupo político de ACM, mas da política posta em prática por este grupo. Seus elementos essenciais são o conservadorismo político assentado em relações verticais, uma visão minimalista de democracia e uma obsessão pela unanimidade (Dantas Neto, 2006).

<sup>6</sup> Um exemplo é o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) desenvolvido pela Articulação do Semi-Árido (ASA) na região onde está localizado o município em que se realiza a pesquisa. No programa a ASA seleciona as famílias a serem beneficiadas com a ajuda de parceiros locais (geralmente o Sindicato Rural, pastorais da igreja católica e associações comunitárias), promove um processo de formação e um treinamento dos profissionais que trabalham na construção das cisternas. Na execução da obra a comunidade é novamente mobilizada em mutirão. Portanto, na noção de participacionismo se incluem todas estas formas de participação.

<sup>7</sup> Odaci Coradini (2002) explica que ao “politizar” os recursos escolares, fazendo o que Bourdieu (2005) chamou de reconversão de capitais, os militantes tem potencializado a atuação em várias esferas e incidido no campo político tornando-o mais diversificado e complexo.

<sup>8</sup> A noção de “estrutura de oportunidades” teve origem na sociologia política norte-americana com autores como Charles Tilly e Sidney Tarrow. Luchmann e Borba (2007) utilizaram tal noção em diálogo com Tarrow (2009) para abordar

experiências de participação social no Brasil.

<sup>9</sup> O termo lulopetismo pretende designar a conjunção entre o governo Lula e a ação dos militantes e lideranças petistas em outros espaços e esferas. O lulopetismo se expressa, por exemplo, no caso baiano onde à gestão de Lula se soma a gestão estadual do PT. Ademais, mesmo onde o PT é oposição como no caso do município que é objeto deste artigo observa-se uma participação ativa dos seus militantes locais na condução de programas sociais o que dá sentido a este termo.

<sup>10</sup> Paulo Fábio Dantas Neto aponta três fatores responsáveis pela inflexão na política baiana destacando, em primeiro lugar, o fator nacional “sempre decisivo em todas as inflexões da política baiana desde os anos 1930” (Dantas Neto, 2007, s.n.). Os três fatores identificados pelo autor tem a questão nacional como matriz. A aliança estadual (segundo fator apontado por Dantas Neto) se nutriu do ambiente político nacional uma vez que o governador Jaques Wagner foi alçado a postos importantes do governo federal legitimando-se assim a ser o aglutinador das forças oposicionistas da Bahia. Por outro lado, o desgaste da política carlista (terceiro fator ressaltado por Dantas Neto) foi aprofundado justamente pela introdução de uma nova gramática política com Lula que fazia parecer destoante da realidade e anacrônico o discurso de seus rivais.

<sup>11</sup> Cinco partidos elegeram grande número de prefeitos além do PT: quatro da base do governador Jaques Wagner (o PSD elegeu 73 prefeitos, o PP elegeu 52, o PDT elegeu 43 e o PSB elegeu 28) e um da oposição (o PMDB elegeu 44 prefeitos).

<sup>12</sup> De acordo com os dados do TRE-BA, o PT passou de 19 prefeituras em 2004 para 93 em 2012. Já o DEM passou de 153 prefeituras em 2004 para 9 em 2012, embora tenha garantido uma vitória estratégica e simbólica na capital e assim inverter a lógica predominante até 2002. Com efeito, ao afirmar o partido nuclear da oposição (o DEM) nos grandes centros urbanos (o DEM venceu nas duas maiores cidades do estado, isto é, Salvador e Feira de Santana) e o principal partido governista (o PT) no interior, a eleição de 2012 promove na Bahia algo semelhante ao que já vinha ocorrendo no plano nacional onde o Partido dos Trabalhadores deslocou sua base, antes concentrada nos grandes centros do Sudeste, para o Nordeste, conforme mostrado por Ricci (2010) e Singer (2012). Esse descolamento da base petista em ambos os casos expressa um movimento em curso desde o início dos anos 1990 em que o PT busca sair do espectro restrito do operariado para categorias mais amplas, primeiro os excluídos, depois o povo, lembra Barreira (2002).

<sup>13</sup> Um exemplo fundamental é o TOPA (Todos Pela Alfabetização) que tem por objetivo o combate ao analfabetismo no estado e prevê em sua execução a participação de entidades de base como associações, ONGs etc.

<sup>14</sup> Exatamente 27.776 segundo o *Censo Populacional 2010*.

<sup>15</sup> Cerca de 65% da população vive na zona rural e se ocupa da agricultura de pequena escala concentrada na produção de milho, feijão, abóbora e tomate. Ver *Censo Agropecuário 2006* e *Censo Populacional 2010*. In: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

<sup>16</sup> Doravante, atualmente uma fábrica de cimento prepara sua instalação no município. O empreendimento deverá começar suas operações no início de 2016 já como a segunda maior do gênero no Nordeste brasileiro.

<sup>17</sup> O município conta atualmente com duas agências bancárias (Banco do Brasil e Bradesco), uma casa lotérica, uma agência dos correios, uma agência do INSS, uma Comarca (que centraliza os serviços judiciais do município e da vizinha Adustina/BA), uma clínica e maternidade particular, uma emissora de rádio etc.

<sup>18</sup> Passou de 29,2% em 2000 para 36% em 2010 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

<sup>19</sup> Passou de 37% em 2000 para 28% em 2010 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

<sup>20</sup> Segundo o *Censo Agropecuário de 2006* mais de 17 mil pessoas ocupavam-se da agricultura em Paripiranga e estavam distribuídas entre os mais de 7 mil estabelecimentos agrícolas que correspondem a uma área total de 34.874 hectares (portanto, uma média de 5 hectare por estabelecimento). Presente em 4,8 mil estabelecimentos e alcançando uma produção total de 40 mil toneladas, o milho é o principal produto cultivado estando. Em segundo lugar vem o feijão que foi cultivado em 1.925 estabelecimentos. Já a pecuária ocupa uma área de 6,3 mil hectares divididos em cerca de 770 estabelecimentos.

<sup>21</sup> Os Dantas foram uma das famílias mais poderosas da Bahia durante o Império e os primeiros anos da República, embora divididos entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. Do lado liberal estavam Manuel Pinto de Sousa Dantas, o “Conselheiro Dantas”, e seu irmão João dos Reis Souza Dantas Filho (chefe político no nordeste da Bahia). Do lado conservador estava João Dantas dos Reis e seu filho Cícero Dantas Martins, o “Barão de Jeremoabo”. As duas facções se revezaram no poder durante décadas e disputaram entre si o controle de Paripiranga associando-se às lideranças locais.

<sup>22</sup> João Vitorino de Menezes nasceu em Paripiranga (1905) e era neto do Capitão Victor Marcolino de Menezes, líder do antigo “partido conservador” no fim do século XIX. Porém, por ser filho “bastardo” não foi acolhido pela família tradicional de seu avô paterno, situação que mudou quando casou-se com uma sobrinha de seu pai. João Vitorino trabalhou como lavrador, pedreiro e alfaiate antes de ingressar na política. Sua estreia na vida pública foi como Juiz de Paz e ocorreu quando já tinha 42 anos (em 1947). Foi prefeito por três mandatos (1959-1962, 1967-1970 e 1973-1976).

<sup>23</sup> Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (1965), apenas dois partidos obtiveram autorização para existirem, a Aliança Renovadora Nacional-Arena, de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro-MDB, de oposição. Para garantir a coexistência pacífica em seu interior de facções antes organizadas no PSD e na UDN, instituiu-se o mecanismo das sublegendas que permitia o lançamento de mais de um candidato às eleições majoritárias.

<sup>24</sup> Nascido em Paripiranga (1926), Clarival viveu a política desde jovem auxiliando seu pai (Arthur Trindade), que foi vereador, bem como o tio Ismael Trindade e os primos (Francisco e Antonio Trindade). Começou na vida pública como

vereador em 1950 e renovou o mandato em 1954 e 1958. Em 1959 assumiu o cargo de delegado, cargo mais importante depois de prefeito. Já em sua primeira administração (1977-1982) Clarival teve grande êxito e iniciou um novo ciclo na política local. Do ponto de vista administrativo promoveu grandes transformações estruturais ao município: construiu dezenas de escolas, um amplo e moderno hospital, prédios imponentes para a prefeitura e a câmara; praças foram modernizadas e novas ruas foram abertas. Na política tratou de destruir a liderança de João Vitorino cooptando lideranças locais e disputando com este a representação do carlismo, a despeito de ter sido antes preterido por ACM em virtude do apoio que obteve na eleição de 1976 do governador Roberto Santos (arquirrival de Antonio Carlos Magalhães). No fim de sua gestão, além de garantir a vitória de um aliado contra João Vitorino, obteve a liderança do PDS (principal partido do carlismo). Tornou-se próximo de ACM e consolidou-se como um dos políticos mais importantes da história local sendo prefeito novamente entre 1989 e 1992. Seu prestígio político foi tão grande que depois de falecido sua esposa foi indicado por ACM para vice-prefeita na chapa do PFL nas eleições de 1996, 2000 e 2004 (as últimas duas vencidas).

<sup>25</sup> O eleitorado era de 14.473 e 93,5% compareceu estabelecendo um recorde na participação eleitoral em Paripiranga.

<sup>26</sup> O Partido da Frente Liberal (PFL) foi fundado em 1984 como uma dissidência do PDS. Em 2007 o PFL passou a ser chamado Democratas (DEM).

<sup>27</sup> Seu candidato a deputado estadual obteve 4.007 votos enquanto que o candidato de José Menezes obteve 1.417.

<sup>28</sup> Seu candidato a deputado estadual obteve 1154 votos enquanto o candidato de Renato Cruz obteve 1019 votos. Já para deputado federal seu candidato obteve 1378 votos enquanto o de Renato Cruz obteve 1013 votos.

<sup>29</sup> Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1999-2002), ACM foi presidente do Senado Federal (1997-1999 e 1999-2001) e seu filho Luiz Eduardo Magalhães presidente da Câmara dos Deputados (1995-1997).

<sup>30</sup> O Conselho do Fundo Municipal de Apoio Comunitário (Fumac) foi criado em 1994 e teve seu maior êxito entre 1997 e 2000 impulsionado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Fumac reunia dirigentes de associações comunitárias e agentes públicos municipais para gerir políticas de desenvolvimento rural como aquisição de tratores e implementos a serem doados às associações de produtores rurais e a manutenção de estradas vicinais.

<sup>31</sup> Quando o carlismo perdeu o controle do governo estadual e parte da influencia que tinha nos diversos poderes, Carlinhos passou a ter sérios problemas e chegou a ter suas contas reprovadas em vários exercícos. Em 2009 suas contas foram também reprovadas na Câmara de Vereadores, graças a articulação do prefeito, e seus direitos políticos foram suspensos.

<sup>32</sup> Em 2008 os candidatos a prefeito foram: George Roberto Ribeiro Nascimento (funcionário público municipal, DEM), José Carlos Bezerra Carvalho (médico e empresário, PSDB), Gilmar Maranduba Costa Conceição (padre, PMDB) e Sergio Freire Celestino (lavrador e militante, PT). E em 2012 os candidatos foram: George Roberto Ribeiro Nascimento (prefeito buscando a reeleição, PSD), José Carlos Bezerra Carvalho (médico e empresário, PT), Renivaldo Pimentel Lima (advogado e ex-vereador e ex-vice-prefeito, PV) e José Almir Rabelo de Andrade (pequeno comerciante, PRB).

<sup>33</sup> José Wilson de Santana (Wilson do PT) filiou-se ao PT em 2004 e no mesmo ano disputou a eleição de vereador alcançando apenas 69 votos. A partir de 2005 intensificou suas atividades militantes atuando na Pastoral Rural, como secretário parlamentar e na articulação local de programas sociais como o Luz Pra Todos, o TOPA e a construção de casas populares. Em 2008 foi novamente candidato a vereador quando obteve 546 votos e só não conquistou o mandato por que a legenda não alcançou o coeficiente eleitoral. Com acúmulo político e numa chapa competitiva, Wilson elegeu-se em 2012 com 1002 votos e tornou-se o primeiro vereador do PT em Paripiranga.

<sup>34</sup> O Bolsa Família beneficia quase 5 mil famílias em Paripiranga. Os outros programas com maior incidência no município são a construção de cisternas, a construção de casas populares na zona rural e a eletrificação rural. Além disso, os investimentos no Pronaf e a valorização do salário mínimo repercutem politicamente a favor do PT.

<sup>35</sup> Em 2011, por exemplo, a prefeitura convocou uma audiência municipal para deliberar sobre uma emenda a ser incluída no Orçamento da União para a aplicação na saúde do município. Não foi feita divulgação em veículo aberto e apenas mobilizou-se os funcionários municipais da área da saúde (agentes de endemias, ACS etc.). Na audiência o secretário impôs a vontade da prefeitura e entrou em conflito com a plenária ao insistir em sua proposta e não dá ouvidos aos populares.

<sup>36</sup> Sergio Freire Celestino é o secretário de Agricultura e Meio Ambiente do Município e atua intensamente nos programas sociais implementados no município. Sergio foi um dos responsáveis pela organização do PT a partir de 2001 e candidato a prefeito do Partido em 2004 e 2008. Em 2010, apesar de ser um dos articuladores da filiação do médico José Carlos Bezerra de Carvalho, Sergio rompeu com este e, sem espaço no PT, migrou para o grupo do prefeito filiando-se em 2011 ao PSD.

<sup>37</sup> As 4.832 famílias beneficiadas pelo BF em janeiro de 2013 receberam um montante de R\$ 764.556. ([www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)).

<sup>38</sup> Em 2008 o proprietário da faculdade apresentou uma chapa completa de candidatos a vereadores entre os quais estavam funcionários da faculdade de todos os escalões. Para prefeito apoiou o candidato da situação (do DEM) em virtude de contratos da prefeitura com a faculdade para permuta entre terrenos públicos e bolsas de estudo. Em 2012 a faculdade não apresentou uma chapa de vereadores, mas foi decisiva na reeleição do prefeito ao mobilizar funcionários e articular o comércio local para obtenção de apoio e recurso financeiro.

<sup>39</sup> Usa-se aqui o termo individuação na acepção de Norbert Elias desenvolvida, sobretudo, no livro *A sociedade dos indivíduos*. Para Elias (1994) a individuação é um processo relacionado com a crescente transferência de funções relativas à

proteção e ao controle do indivíduo, previamente exercidas por pequenos grupos tradicionais (família, tribo, igreja etc.), para os grupos maiores e mais complexos como o Estado moderno. Com o desenvolvimento do Estado, argumenta Elias, o indivíduo passa a viver cada vez mais isolado e autônomo em relação às “pequenas unidades produtivas” (família e à comunidade) e se integra a unidades cada vez maiores como o Estado-nação. Nestas grandes unidades o indivíduo se defronta com um leque de possibilidades mais amplo que nas pequenas e é por isto que se pode falar num processo de individuação (Elias, 1994).

<sup>40</sup> A partir de 2003 o associativismo conheceu seu terceiro ciclo de crescimento tendo por base a implantação de programas sociais pelos governos federal e estadual que possibilitaram a participação de organizações sociais na execução e gestão. Nestas associações surgem lideranças que atuam na mediação política entre os partidos e população de forma permanente.

<sup>41</sup> Walquiria Leão do Rego e Alessandro Pinzani (2013), por exemplo, mostram como o programa Bolsa Família tem possibilitado aos moradores das áreas rurais do país uma maior autonomia social e política.

## Referências

### Bibliografia

- Barreira, Irllys Alencar Firmo. (2002) Um operário presidente? Ideologia e condição de classe no contexto de campanhas eleitorais. In: Heredia, Beatriz M. A. de; Teixeira, Carla C.; Barreira, Irllys A. F. [org.]. *Como se fazem eleições no Brasil*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará. (pp.157-187)
- Bourdieu, Pierre. (2005) *O poder simbólico*. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Carregosa, A. S. (2009) *Participação Popular e Emancipação Social: um estudo sobre o Planejamento Participativo de Sergipe (PP)*. São Cristóvão-SE. (Dissertação de Mestrado submetida ao NPPCS/UFS para obtenção do título de Mestre em Sociologia)
- Carvalho, José Murilo de. (1997) Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Dados*, v. 40, nº. 2, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext). Consulta em 10 mai. 2012.
- Coradini, Odaci. (2002) Escolarização, militantismo e mecanismos de ‘participação’ política. In: Heredia, Beatriz M. A. de; Teixeira, Carla Costa; Barreira, Irllys A. F. [orgs.]. *Como se fazem eleições no Brasil*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará. (pp.103-153)
- Dagnino, E.; Olvera, A. J.; Panfiche, A. (2006) Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: Dagnino, E.; Olvera, A. J.; Panfiche, A. [Org.]. *Disputa Pela Construção Democrática na America Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (pp.13-91)
- Dantas Neto, Paulo Fábio. (2006) *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. – Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Dantas Neto, Paulo Fábio. (2007) Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites? In: *IX Simpósio OBSERVANORDESTE*. Nov.2007, Fortaleza/CE. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/ixedicao/IX\\_Edicao.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/ixedicao/IX_Edicao.pdf). Consulta em 10 de mai. 2012.
- Dantas Neto, Paulo Fábio. (2010) Elites e partidos: a arte das alianças em municípios da Bahia. In: 7º

---

*Encontro ABCP – 4 a 7 de agosto de 2010, Recife/PE.* Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/>. Consulta em 10 de mai. 2012.

Elias, Norbert. (1994) *A sociedade dos indivíduos*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

Heredia, Beatriz M. A. de; Bezerra, Marcos Otavio; Palmeira, Moacir. (2012) Introdução. In: Herédia, Beatriz Maria Alasia de; Palmeira, Moacir [orgs.]. *Política, governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências*. – Rio de Janeiro: 7 Letras. (pp.11-43)

Leal, Victor Nunes. (2012) *Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. – 7ª edição – São Paulo: Companhia das Letras.

Lüchmann, L. H. H.; Borba, J. (2007) Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes. *Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2007*. Disponível em: <<http://www.npms.ufsc.br/lpublic.php>>. Consulta em: 18 ago. 2010.

Milani, Carlos R. S. (2007) Participação social e ação pública local na Bahia. In: Avritzer, L. [org.]. *A participação social no Nordeste*. – Belo Horizonte: Editora UFMG. (pp.215-235)

Mota, Aurea. (2007) Fissuras na estrutura do *mandonismo*: transformações recentes e ampliação do escopo democrático na Bahia. In: Avritzer, Leonardo [org.]. *A participação social no Nordeste*. – Belo Horizonte: Editora UFMG. (pp.45-63)

Palmeira, Moacir. (2006) Eleição municipal, política e cidadania. In: Palmeira, Moacir. & Barreira, César. [orgs.]. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP/USRJ. – (Coleção Antropologia da política; 24) (pp.137-150)

Palmeira, Moacir. (2012) Comunidades, sindicato, governo: o caso de um município sertanejo de Pernambuco. In: Herédia, B. M. A.; Palmeira, M. [orgs.]. *Política, governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências*. – Rio de Janeiro: 7 Letras. (pp.191-216)

Palmeira, Moacir; Heredia, Beatriz. (2010) Os comícios e a política de facções. In: Idem [orgs.]. *Política Ambígua*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP. (Coleção Antropologia da Política; 32) (pp.27-79)

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. (1968) Política, ascensão e liderança num povoado baiano. São Paulo: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 3 – D. (pp.117-133)

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. (1975) O coronelismo numa interpretação sociológica. In: Fausto, Boris (Org.). *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. – São Paulo: Difel. (Col. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III) (pp.155-190)

Rego, Walquiria Leão; Pinzani, Alessandro. (2013) *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. – São Paulo: Editora Unesp.

---

Ricci, Rudá. (2010) *Lulismo: da era dos novos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. – Brasília: Fundação Astrogildo Pereira.

Singer, André. (2012) *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Tarrow, Sidney. (2009) *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. – Petrópolis, RJ: Vozes.

### **Fontes documentais**

Acervo do Museu Histórico Político de Paripiranga. (Biografias, Jornais, Livros de Ata). CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARIPIRANGA.

Acervo digital da Rádio Patrocínio FM (diversos). RÁDIO PATROCÍNIO FM, PARIPIRANGA/BA.

Livro Antigo nº 1 – Destinado à Inscrição de Filiados à Arena. ARQUIVO DO CARTÓRIO ELEITORAL – Comarca de Paripiranga.

Livro de Atas do Diretório Municipal de Paripiranga – Arena. ARQUIVO DO CARTÓRIO ELEITORAL – Comarca de Paripiranga.

Livro de Registro de Associações e Entidades Sem Fins Lucrativos. ARQUIVO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS – Comarca de Paripiranga.

Livro de Registros dos Diretórios Municipais dos Partidos Políticos (nº 1, abertura em 31 de outubro de 1969). ARQUIVO DO CARTÓRIO ELEITORAL – Comarca de Paripiranga.

Paripiranga (2011), *Guia do Comércio*. – Aracaju: Info Graphics Gráfica e Editora.

Paripiranga (1990). *Lei Orgânica Municipal*. – Paripiranga/BA: [s.n.].

### *Sítios da internet*

[http:// www.al.ba.gov.br/](http://www.al.ba.gov.br/)

<http://www.camaradeparipiranga.com/>

<http://www.faculdadeages.com.br/>

<http://www.fnde.gov.br/>

<http://www.ipea.gov.br/>

<http://www.mds.gov.br>

<http://www.politicaemtemporeal.blogspot.com.br/>

<http://www.prefeituradeparipiranga.com.br/>

<http://www.senado.gov.br>

<http://www.tre-ba.gov.br>

<http://www.tse.jus.br>

## Entrevistas

	<b>Nome/Data</b>	<b>Identificação</b>
<b>1</b>	Carlos Eugênio Déda Lima (07/05/2013)	Neto de Jonathas Lima Menezes e presidente municipal do PTB. Foi “assessor” do Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC) durante a administração do prefeito José Menezes de Carvalho (1997-2000).
<b>2</b>	Francisco Sabino Soares (04/11/2012 e 23/02/2013)	Aposentado de 105 anos. Filho de escravos, foi carreiro, trabalhador rural e, depois, funcionário da prefeitura nos anos 1940.
<b>3</b>	João Santa Rosa de Carvalho (19/11/2012)	Aposentado (86 anos). Neto do Cel. Santa Rosa (Intendente 1924-25). Foi vereador pela UDN (1954-1958), Promotor e Juiz em Paripiranga. Aposentou-se como Desembargador do TJ-BA.
<b>4</b>	Joaquim Cruz Siqueira (01/11/2012)	Aposentado (75 anos), foi vereador por 5 mandatos entre as décadas de 60 e 80. Começou na UDN, passou pela ARENA, PDS e PTB.
<b>5</b>	Jorge Jacinto de Santana (01/12/2012)	Agricultor e morador da zona rural do município. É pai de José Wilson de Santana, primeiro vereador eleito pelo PT (2012).
<b>6</b>	José da Fraga Lima (20/11/2012)	Aposentado de 90 anos. Filho e neto de políticos, foi um esportista e militante do PSD na década de 1960.
<b>7</b>	José Ildon Rodrigues de Santana (18/06/2012)	Ex-presidente e atual tesoureiro do STTR. Já foi presidente do PDT, candidato a vereador e a vice-prefeito. Atualmente é presidente do PCdoB e integra a diretoria da FETAG/BA.
<b>8</b>	José Leal Matos (15/10/2012)	Funcionário público e liderança católica com forte atuação comunitária. Militante político desde os anos 1980, se elegeu vereador em 2012 pelo PSDB depois de disputar sua 3ª eleição (todas pelo mesmo partido).



9	Justino das Virgens Pimentel (22/11/2012)	Aposentado de 85 anos. Neto do “Major Justino” (chefe da facção “peba” no início do século XX), foi vereador entre 1970 e 1982 pela facção liderada por João Vitorino de Menezes.
10	José Teles de Andrade (19/01/2013)	Aposentado de 88 anos. Foi operário da construção da estrada de ferro Paripiranga nos anos 50 e trabalhou 15 anos com Jonathas Lima Menezes.
11	Lauro Ferreira do Nascimento (26/07/2012)	Aposentado (86 anos). Advogado por quatro décadas de João Vitorino de Menezes que foi prefeito por três mandatos e integrou o PSD nos anos 50 e 60.
12	Maria de Fátima Nunes do Carmo (02/02/2013)	Deputada Estadual do PT. Nascida em Paripiranga iniciou sua militância nas comunidades de base da Igreja Católica nos anos 1970. Já disputou 5 eleições para o legislativo estadual (venceu nas últimas duas e assumiu como suplente em 1995), sempre com boa votação no município.
13	Renivaldo Pimentel Lima (11/05/2013)	Advogado de profissão, foi Vereador pelo PFL (1989-1992) e Vice-Prefeito também pelo PFL (1993-1996). Atualmente é presidente do PV, pelo qual se candidatou a prefeito em 2012.
14	Rita Rabelo Santa Rosa (05/06/2012 e 19/01/2013)	Viúva de João Vitorino de Menezes, que foi prefeito por três mandatos e liderou uma facção entre as décadas de 50 e 80. Foi candidata a vereadora pelo PTB em 1996.
15	Valdir da Fraga Dias (24/11/2012)	Aposentado de 88 anos. De família tradicional, estudou em Salvador nas décadas de 1930 e 1940 onde foi contemporâneo de baianos ilustres como Carlos Marighela e ACM.
16	Vicente Cardoso de Carvalho (17/11/2012)	Aposentado de 74 anos e missionário evangélico. Foi cabo-eleitoral do PFL (2000) e do PSDB (2008), presidente do PSC e candidato a vereador (2008).
17	Walker Rabelo Dias (21/02/2013)	Neto de Francisco Dias Sobrinho (Cel. Chico Nonô) e filho de Deocleciano Fraga Dias, ambos políticos tradicionais, formou-se em direito e em 1966 foi candidato a prefeito pela Arena 1. Derrotado no pleito, não disputou outra eleição, mas continuou como militante ativo até os anos 1980.
18	Wanilda Aquino Trindade (31/10/2012)	Viúva de Clarival Dantas Trindade (UDN-ARENA-PFL), prefeito duas vezes e principal aliado local do Carlismo. Próxima ao então senador ACM, foi indicada por este para a chapa do PFL em 2000 sendo vice-prefeita do município entre 2001 e 2008.

## Anexos

### Quadro 1 – Partidos Fundados na Década de 1980

Partido/Sigla	Fundação	Liderança Local	Referência Estadual
PDS	Setembro/1980	Clarival Dantas Trindade /João Vitorino de Menezes	Carlismo
PMDB	Fevereiro/1986	João Vitorino de Menezes /Renato do Rosário Cruz	Oposição
PFL	Junho/1986	Clarival Dantas Trindade	Carlismo
PDC	Março/1988	Manoel Messias Santos	Oposição
PDT	Março/1988	José Hugo Ferreira Conceição Pinto	Oposição
PTB	Abril/1988	José Menezes de Carvalho	Carlismo

### Quadro 2 – Partidos e Representação Política Atual

Fundação	Partidos	Dir. Partidária	Eleição 2012	Vereador 2012	Dep. Estadual	Dep. Federal
1986 - fevereiro	PMDB	Diretório	Oposição	2	1	1
1986 - junho	DEM (PFL)	Diretório	Situação	-	-	-
1988 - março	PDT	Com. Provisória	NP	-	-	1
1988 - abril	PTB	Com. Provisória	Oposição	1	-	-
1990 - janeiro	PSDB	Diretório	Oposição	1	-	-
1990 - março	PT	Diretório	Oposição	1	2	2
1995 - fevereiro	PR	Com. Provisória	Situação	1	-	-
1999 - junho	PCdoB	Diretório	Oposição	-	2	2

2003 - setembro	PP	Diretório	Situação	1	1	1
2003 - outubro	PSC	Com. Provisória	Oposição	-	-	-
2007 - agosto	PPS	Diretório	Oposição	-	-	-
2011 - setembro	PHS	Com. Provisória	NP	-	-	-
2011 - setembro	PV	Com. Provisória	Oposição	-	-	-
2011 - setembro	PSB	Com. Provisória	Situação	-	1	-
2011 - outubro	PSDC	Com. Provisória	Situação	-	-	-
2011 - outubro	PRTB	Com. Provisória	Situação	-	-	-
2011 - outubro	PSL	Com. Provisória	Situação	-	-	-
2011 - outubro	PPL	Com. Provisória	Situação	1	-	-
2011 - outubro	PRB	Com. Provisória	Oposição	-	-	-
2011 - outubro	PSD	Com. Provisória	Situação	3	-	-

### Quadro 3 – Associativismo Civil (Instituições Atuentes)

Instituições	Quantidade
Associação Comunitária e/ou de Produtores Rurais	55
Associação Educacional e/ou Cultural	4
Associação Empresarial	1
Sindicato de Trabalhadores	2
Fundação Cultural e/ou de Assistência Social	1
Clube Social e/ou Esportivo	1